

Revisão Contratual

ONEROSIDADE EXCESSIVA

E MODIFICAÇÃO CONTRATUAL EQUITATIVA

2020

Francisco Paulo De Crescenzo Marino

REVISÃO CONTRATUAL

ONEROSIDADE EXCESSIVA E MODIFICAÇÃO CONTRATUAL EQUITATIVA

© Almedina, 2020

AUTOR: Francisco Paulo De Crescenzo

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584935819

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marino, Francisco Paulo De Crescenzo
Revisão contratual : onerosidade excessiva e
modificação contratual equitativa /
Francisco Paulo
de Crescenzo Marino. – São Paulo : Almedina, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-85-8493-581-9

1. Contratos (Direito civil) 2. Contratos -
Modificação equitativa 3. Legitimidade (Direito)
4. Onerosidade excessiva 5. Revisão contratual
I. Título.

19-32105

CDU-347.44

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito dos contratos : Direito civil 347.44

Maria Paula C. Riyuzo - Bibliotecária - CRB-8/7639

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Fevereiro, 2020

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil
editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – LEGITIMIDADE PARA A OFERTA DE MODIFICAÇÃO EQUITATIVA	21
1. A Controvérsia Quanto à Revisão por Iniciativa do Devedor	21
2. Sentido e Alcance do Art. 317 do Código Civil	24
3. Princípio da Conservação	32
4. Equilíbrio Econômico, Função Social do Contrato e Boa-fé	39
5. Isonomia Entre Credor e Devedor	45
6. Argumento <i>a maiore ad minus</i>	50
7. Regime de Certos Contratos Típicos	52
8. Doutrina Italiana Contemporânea	59
9. Legitimidade Exclusiva do Credor	71
CAPÍTULO II – NATUREZA JURÍDICA DA OFERTA DE MODIFICAÇÃO EQUITATIVA	75
10. Doutrina Italiana	75
11. Décadas de 1940 a 1960	78
12. Décadas de 1970 e 1980	90
13. Décadas de 1990 e 2000	92
14. Doutrina Italiana Contemporânea	101
15. Doutrina Nacional	104
16. Apreciação Global e Indicação de Sequência	105
CAPÍTULO III – DIREITO À MODIFICAÇÃO EQUITATIVA	107
17. Direito Potestativo	107
17.1. Origem e Terminologia	107

REVISÃO CONTRATUAL

17.2. Conceito, Poder e Sujeição	111
17.3. Natureza Jurídica	115
18. Natureza do Direito à Modificação Equitativa	118
18.1. Duas Interpretações Possíveis	118
18.2. Análise e Tomada de Posição	120
19. Função do Direito à Modificação Equitativa	123
20. Controle do Direito à Modificação Equitativa	127

CAPÍTULO IV – ATO DE MODIFICAÇÃO EQUITATIVA: NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO

21. Natureza Jurídica do Ato de Modificação Equitativa	131
21.1. Exercício de Direitos Potestativos	131
21.2. Negócio Jurídico e Ato Jurídico <i>Stricto Sensu</i> – As Declarações Não Negociais de Vontade	135
21.3. Natureza Negocial do Ato de Exercício do Direito à Modificação Equitativa	141
22. Classificação do Negócio Jurídico de Modificação Equitativa	146
22.1. Negócio Unilateral e Receptício	146
22.2. Negócio Solene – A Questão da Oferta Extraprocessual	149
22.3. Negócio de Segundo Grau com Eficácia Modificativa – Lus Variandi	151
22.4. Negócio Potestativo, Negócio Motivado e com Fim Predeterminado	155

CAPÍTULO V – NEGÓCIO DE MODIFICAÇÃO EQUITATIVA: EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA

23. Existência	159
23.1. Interface com o Processo	159
23.2. Conteúdo (Modificações Possíveis)	162
24. Validade	170
24.1. Fator Temporal	170
24.2. Nulidade da Oferta Iníqua	173
24.3. Oferta Determinada ou Determinável	174
24.3.1 Graus de Determinação do Conteúdo	174
24.3.2 Nulidade da Oferta Genérica	178
24.3.3 Validade da Oferta Determinável	187
25. Eficácia – O Sentido da Modificação Equitativa	191

CAPÍTULO VI – PRONÚNCIA JUDICIAL DA MODIFICAÇÃO EQUITATIVA	199
26. Teorias Sobre a Natureza da Sentença que Acolhe a Oferta Equitativa	199
26.1. Natureza Constitutiva	200
26.2. Natureza Declaratória	202
26.3. Natureza Variável	204
26.4. Sentença que Acolhe Exceção	206
27. Jurisprudência Italiana	208
27.1. Posição Original	208
27.2. Decisão de 1972 e Tendência Atual	210
28. Presença do Tema na Doutrina Brasileira	216
29. Exercício Processual de Direitos Potestativos	218
30. Direito Potestativo e Tutela Constitutiva	223
31. Eficácia Constitutiva da Sentença	226
CONCLUSÕES	233
REFERÊNCIAS	239